



Estratégia
OAB

4º SIMULADO INÉDITO XXXI

EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, as suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.



Estratégia
OAB

Siga as nossas Redes Sociais
Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXI Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você der o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, WhatsApp, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

Carlos é advogado e foi preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia. Com base no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é correto afirmar que:

- A) Carlos não poderia ser preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, em razão da imunidade profissional assegurada ao advogado.
- B) Por ter sido preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, Carlos tem direito a presença de representante da OAB para lavratura do auto respectivo.
- C) A prisão de Carlos foi acertada, uma vez que o advogado só poderá ser preso por motivo de exercício da profissão se houver flagrante delito.
- D) Carlos não poderia ser preso antes de sentença transitada em julgado.

Questão 2

A respeito do advogado e da relação de emprego, julgue os itens a seguir com base no disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e marque a alternativa correta.

- A) A relação de emprego, na qualidade de advogado, não retira a isenção técnica nem reduz a independência profissional inerentes à advocacia, mas o advogado empregado tem obrigação de prestar serviços profissionais ao seu empregador, ainda que sejam de interesse pessoal deste e fora da relação de emprego.
- B) Nas causas em que for parte o empregador, os honorários de sucumbência são devidos ao empregador e não ao advogado empregado.
- C) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de seis horas contínuas e a de trinta horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva.
- D) O salário mínimo profissional do advogado deverá ser fixado em sentença normativa, mas ajustes diferentes podem ser efetuados por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Questão 3

Tendo como referência o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), é correto afirmar que são impedidos de exercer a advocacia:

- A) os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público. Será considerado caso de incompatibilidade, se o membro do Legislativo for também membro da Mesa, como por exemplo, o Presidente da Casa Legislativa.
- B) Os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere, inclusive os docentes de cursos jurídicos.
- C) Militares de qualquer natureza, na ativa.
- D) Ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, exceto privadas.

Questão 4

A respeito das relações do advogado com o cliente e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue as assertivas e assinale a correta.

- A) A conclusão ou desistência da causa, tenha havido, ou não, extinção do mandato, obriga o advogado a devolver ao cliente bens, valores e documentos que lhe hajam sido confiados e ainda estejam em seu poder, incluindo honorários pagos pelos serviços até então prestados.
- B) O advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo as causas sob seu patrocínio, ainda que diante de dificuldades insuperáveis ou inércia do cliente quanto a providências que lhe tenham sido solicitadas.
- C) O mandato presume-se cumprido e extinto após conclusão da causa ou arquivamento do processo.
- D) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas.

Questão 5

Priscilinha foi contratada por Juninho, também advogado, para propor Reclamação Trabalhista perante a empresa “XPTO”. No ato da contratação, Priscilinha opta por cobrar os honorários advocatícios contratuais pelo sistema de cartão de crédito, quando foi alertada pelo cliente acerca da ilegalidade de tal ato frente ao Código Ética da OAB.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- A) É ilícito ao advogado empregar, para o recebimento de honorários, sistema de cartão de crédito, salvo quando autorizado pelo respectivo conselho seccional.
- B) O crédito por honorários advocatícios não autoriza o saque de duplicatas ou qualquer outro título de crédito de natureza mercantil, como também a cobrança por sistema de cartão de crédito.
- C) O crédito por honorários advocatícios autoriza o saque de duplicatas, mas não a cobrança por sistema de cartão de crédito.
- D) É lícito ao advogado empregar, para o recebimento de honorários, sistema de cartão de crédito, mediante credenciamento junto à empresa operadora do ramo.

Questão 6

O Conselho Seccional de São Paulo observa que a Caixa de Assistência dos Advogados a que se vincula tem constantemente descumprido as suas finalidades. Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta:

- A) O Conselho Federal deverá ser comunicado e mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados.
- B) O Conselho Seccional, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.
- C) O Conselho Federal, mediante voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória.
- D) O Conselho Seccional, mediante voto de dois terços de seus membros, poderá intervir na Caixa de Assistência dos Advogados, designando diretoria provisória, enquanto durar a intervenção.

Questão 7

Belinha, advogada, é procurada por Fabi para representá-la em um processo civil de caráter indenizatório. A advogada informa os honorários advocatícios contratuais a serem cobrados, bem como todo o trâmite a se adotar em sua defesa no processo, a qual não demanda urgência.

No entanto, ao preparar o contrato de prestação de serviço, é surpreendida com a informação ocultada pela cliente de que esta já possuía advogada constituída no caso, mais conhecido como Priscilinha Ferreira.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- A) A advogada, Belinha, deverá notificar judicialmente Priscilinha para que se manifeste no prazo de dez dias, acerca de sua intenção em continuar como advogada no processo.
- B) A advogada, Belinha, deverá determinar que a cliente revogue imediatamente o mandato da outra advogada para fins de que possa assumir a causa, nos termos do código de ética.
- C) A advogada poderá aceitar a procuração, desde que consigne no mandato que a sua atuação ocorrerá após dez dias da renúncia de Priscilinha.
- D) A advogada deverá recusar o mandato, de acordo com imposições éticas, haja vista a existência de outro advogado já constituído.

Questão 8

Angelina Jolie ajuizou ação de cobrança em face de Jennifer Lopez, visando o recebimento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que tinham sido emprestados pela primeira a segunda. Após a devida instrução processual, Angelina obteve completo êxito na demanda proposta, o que alegrou imensamente a sua advogada, Priscilinha Ferreira.

No entanto, mesmo após o trânsito em julgado da ação, Angelina Jolie ainda não realizou o pagamento dos honorários advocatícios de sua advogada.

Assim, caso Priscilinha tenha a intenção de propor ação de cobrança de honorários, o prazo prescricional para tal demanda será de

- A) 01 ano.
- B) 02 anos.
- C) 03 anos.
- D) 05 anos.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

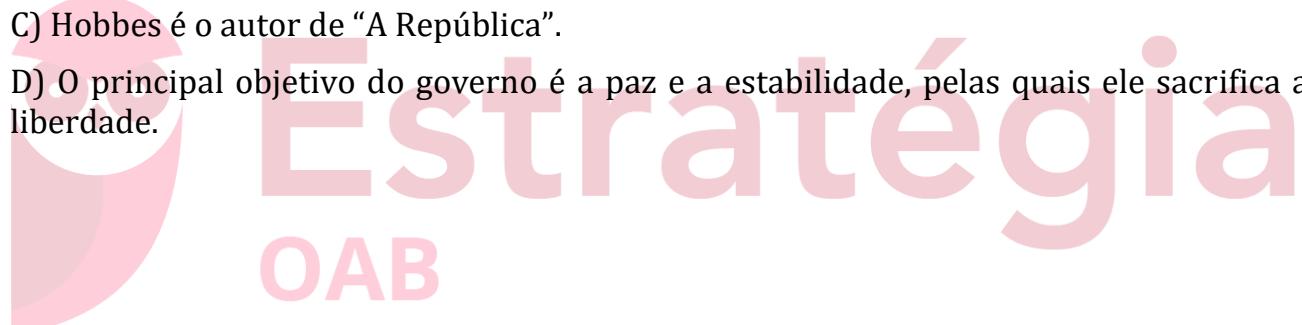
Quanto às Fontes do Direito é CORRETO afirmar:

- A) As fontes formais são fatores que interferem e condicionam a formação das normas e, por isso, implicam o conteúdo das fontes.
- B) Quanto à natureza, as fontes podem ser estatais ou não estatais.
- C) Fontes diretas, próprias ou puras são aquelas que têm como finalidade única servirem de modo de produção do direito.
- D) Quanto ao grau de importância as leis podem ser legais ou supralegais.

Questão 10

Sobre Thomas Hobbes é CORRETO afirmar:

- A) O homem é naturalmente bom.
- B) O pacto social institui um Estado limitado, que pode ser desconstruído pelo cidadão.
- C) Hobbes é o autor de “A República”.
- D) O principal objetivo do governo é a paz e a estabilidade, pelas quais ele sacrifica a liberdade.



DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

O STF, por decisão da maioria absoluta de seus membros, deferiu pedido de medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, determinando que juízes e tribunais suspendam o julgamento de processos que envolvam a aplicação de lei ou de ato normativo objeto da referida ação até o seu julgamento definitivo. Diante da situação, alguns estudantes de direito tiveram dúvidas com relação aos efeitos da medida cautelar na ADC até o julgamento final da ação. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) em regra, terá eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes (*ex nunc*). Uma vez concedida a cautelar, o STF fará publicar em sessão especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de perda de sua eficácia. Assim, há um prazo limite para a eficácia da cautelar, com base na Lei 9.868/99, porém o STF tem reconhecido a eficácia mesmo após o esgotamento desse prazo.
- B) em regra, eficácia *inter partes* e efeitos vinculantes *ex tunc*. Uma vez concedida a cautelar, o STF fará publicar em sessão especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, porém não há prazo limite para a eficácia da cautelar, com base na Lei 9.868/99.
- C) em regra, eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes *ex tunc*. Uma vez concedida a cautelar, o STF fará publicar em sessão especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de perda de sua eficácia. Assim, há um prazo limite para a eficácia da cautelar, com base na Lei 9.868/99, o STF tem aplicado o prazo, não reconhecendo a eficácia após o esgotamento.
- D) em regra, eficácia *erga omnes* e efeitos repristinatórios e *ex nunc*. Uma vez concedida a cautelar, o STF fará publicar em sessão especial do Diário Oficial da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo o Tribunal proceder ao julgamento da ação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, porém não há prazo limite para a eficácia da cautelar, com base na Lei 9.868/99.

Questão 12

O Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva de mérito em uma ação direta de constitucionalidade, atribuiu efeitos vinculantes e retroativos (*ex tunc*), com eficácia *erga omnes*. João, deputado federal, inconformado com os efeitos atribuídos, tendo em vista razões de segurança jurídica, resolve consultar os seus advogados sobre como proceder diante da situação. Com base no caso apresentado, assinale a opção correta.

- A) Compete ao Congresso Nacional, por decisão de 2/3 dos membros, em situações especiais, tendo em vista razões de segurança jurídica ou relevante interesse nacional, restringir os efeitos da declaração de constitucionalidade, dar efeitos prospectivos (*ex nunc*) à mesma, ou fixar outro momento para que sua eficácia tenha início.
- B) Compete ao Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 dos membros, em situações especiais, tendo em vista razões de segurança jurídica ou relevante interesse nacional, restringir os efeitos da declaração de constitucionalidade, dar efeitos prospectivos (*ex nunc*) à mesma, ou fixar outro momento para que sua eficácia tenha início.
- C) Compete ao Senado Federal, por decisão de 1/3 dos membros, em situações especiais, tendo em vista razões de segurança jurídica ou relevante interesse internacional, restringir os efeitos da declaração de constitucionalidade, dar efeitos prospectivos (*ex nunc*) à mesma, ou fixar outro momento para que sua eficácia tenha início.
- D) Compete ao Supremo Tribunal Federal, por decisão de 1/3 dos membros, em situações especiais, tendo em vista razões de segurança jurídica ou relevante interesse internacional, restringir os efeitos da declaração de constitucionalidade, dar efeitos prospectivos (*ex nunc*) à mesma, ou fixar outro momento para que sua eficácia tenha início.

Questão 13

O Senador Igor Belmonte se reuniu com alguns colegas senadores e apresentou proposta de edição de resolução, pelo Senado Federal, para suspender os efeitos de decreto editado pelo Presidente da República, entendendo que esse ato extrapolou os limites do poder regulamentar. Com relação à edição da referida medida pelo Senado, assinale a alternativa correta.

- A) a medida é incompatível com a Constituição Federal, uma vez que se trata de competência privativa da Câmara dos Deputados.
- B) a medida é compatível com a Constituição Federal, devendo a resolução ser promulgada pelo Presidente do Senado.
- C) a medida é incompatível com a Constituição Federal, visto que se trata de ato da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- D) a medida é compatível com a Constituição Federal, devendo a resolução ser submetida à sanção presidencial.

Questão 14

Priscila, Deputada Estadual, percebeu que em relação à determinada matéria a União e os Estados possuem competência legislativa concorrente. Então, pediu uma orientação a sua assessoria sobre os limites da atuação da Assembleia Legislativa. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- A) caso a União discipline integralmente a matéria, será vedado que o Estado nela ingresse.
- B) o Estado poderá suplementar a lei federal apenas se houver autorização expressa.
- C) o Estado pode legislar livremente sobre a matéria, no caso de divergência da lei local com a da União, aquela prevalece.
- D) o Estado terá competência plena caso a União não tenha editado lei vinculando normas gerais sobre a matéria. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Questão 15

Pedro, estudante de Direito e candidato a Deputado Federal, fez um discurso sobre o papel do Estado em incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. E ainda, afirmou que a pesquisa tecnológica deve ser voltada, preponderantemente para a solução dos problemas ambientais mundiais e para o desenvolvimento do sistema produtivo da América do Sul. Diante do discurso, tendo como base a Constituição Federal, muitos estudantes de Direito afirmaram que há informações conflitantes com a Constituição. Com base na situação apresentada, assinale a afirmativa correta com base na Constituição Federal de 1988.

- A) Pedro está correto, a pesquisa tecnológica deve ser voltada principalmente para os problemas ambientais mundiais e para o desenvolvimento do sistema produtivo da América do Sul.
- B) A pesquisa tecnológica deve ser voltada principalmente para os problemas mundiais e para o desenvolvimento do sistema produtivo internacional.
- C) A pesquisa tecnológica deve ser voltada preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo internacional.
- D) A pesquisa tecnológica deve ser voltada preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Questão 16

Uma PEC (Proposta de Emenda a Constituição) foi apresentada por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados, com o objetivo de permitir que o Congresso Nacional vete decisões do Poder Judiciário. A proposta foi discutida e votada, sendo aprovada por 3/5 dos membros de cada casa do Congresso Nacional. A emenda foi promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dez dias após a publicação da referida emenda, diante de calorosas discussões doutrinárias sobre a PEC, o Procurador-Geral da República, resolve ajuizar medida cabível para questionar a constitucionalidade da PEC. Com base no caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- A) Há inconstitucionalidade material, diante da possibilidade de o Congresso Nacional vetar decisões do Poder Judiciário. Será cabível uma ação direta de inconstitucionalidade.
- B) Há inconstitucionalidade formal, visto que a PEC deveria ter sido apresentada por 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados. E ainda, inconstitucionalidade material, diante da possibilidade de o Congresso Nacional vetar decisões do Poder Judiciário. Será cabível uma ação declaratória de constitucionalidade.
- C) Há inconstitucionalidade formal, visto que a PEC deveria ter sido promulgada pelo Presidente da República. E ainda, inconstitucionalidade material, diante da possibilidade de o Congresso Nacional vetar decisões do Poder Judiciário. Será cabível uma ação declaratória de constitucionalidade.
- D) Há inconstitucionalidade formal, visto que a PEC deveria ter sido apresentada pela maioria absoluta dos Deputados e Senadores. E ainda, inconstitucionalidade material, diante da possibilidade de o Congresso Nacional vetar decisões do Poder Judiciário. Será cabível uma ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 17

Cristiano, jovem estudante de direito, resolveu expor em sala de aula que leu em uma revista que a Constituição Federal de 1988 é classificada como constituição-dirigente e pediu para que o professor explicasse o significado. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- A) A constituição-dirigente é aquela que pode ser modificada, mas por procedimento mais difícil do que as demais leis.
- B) A constituição-dirigente tem por objetivo a proteção das liberdades públicas, buscando limitar a ação do Estado.
- C) A constituição-dirigente visa estabelecer diretrizes, objetivos e metas que devem nortear a ação estatal, buscando alcançar as normas programáticas.
- D) A constituição-dirigente é aquela formada por um conjunto de normas que visam estruturar os aspectos essenciais do Estado.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

Várias cidades no Brasil realizam semanas dedicadas à divulgação e conscientização acerca dos direitos humanos. Como advogado engajado na área, você é convidado para ministrar uma palestra e um dos presentes o questiona sobre convenções ou tratados que tenham sido incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro com status de norma constitucional. Assinale a alternativa que indica um exemplo da situação acima:

- A) Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.
- B) Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecido como Pacto de San José da Costa Rica.
- C) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mas não o seu Protocolo Facultativo.
- D) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso.

Questão 19

Uma das características dos direitos humanos é a historicidade, de modo que tais direitos são construídos com o tempo e, por esse motivo, pode-se afirmar que os direitos humanos se apresentam em dimensões. São exemplos de direitos de terceira dimensão:

- A) direito ao meio ambiente, ao desenvolvimento e à autodeterminação dos povos.
- B) os direitos civis e políticos, como o direito à propriedade imaterial e à privacidade.
- C) o direito à paz mundial e à bioética.
- D) o direito do consumidor, ao meio ambiente e os direitos culturais.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

Pelas regras de direito internacional privado brasileiro, um contrato entre duas empresas brasileiras, assinado em Nova York, com previsão de cumprimento no Brasil e cláusula de foro indicando São Paulo como foro exclusivo do contrato, é regido pela lei

- A) brasileira, por ser o local de cumprimento da obrigação principal.
- B) brasileira, por ser o foro exclusivo do contrato.
- C) brasileira, por ser a nacionalidade comum das empresas contratantes.
- D) norte-americana, por ser o local de assinatura do contrato.

Questão 21

A homologação de uma sentença estrangeira no Brasil tem, como requisito indispensável,

- A) haver sido proferida por autoridade competente.
- B) estar autenticada pelo Ministro da Justiça brasileiro.
- C) estar acompanhada de tradução, podendo ser juramentada ou não.
- D) ser decisão proferida por órgão colegiado ou tribunal.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 22**

A União lavrou duas multas em face de determinado contribuinte: a primeira pelo pagamento extemporâneo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), no montante de trinta por cento (30%) sobre o valor do tributo pago extemporaneamente; e a segunda pelo fornecimento de informações falsas ao Fisco na declaração do imposto, no montante de noventa por cento (90%) do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não pago em decorrência da falsidade nas informações. Sobre a hipóteses, é correto afirmar que:

- A) As duas multas afrontaram o Princípio do Não Confisco.
- B) Nenhuma das duas multas afrontaram o Princípio do Não Confisco, pois ele não é aplicável às multas, mas somente aos tributos.
- C) Somente a multa punitiva afrontou o Princípio do Não Confisco.
- D) Somente a multa moratória afrontou o Princípio do Não Confisco.

Questão 23

A pessoa jurídica ABC ajuizou ação judicial pleiteando a restituição de valores pagos à maior a título de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em seu pleito requereu, em sede de antecipação de tutela, a compensação dos referidos valores pagos à maior, objetos de seu pedido judicial, com débitos seus do mesmo imposto, já declarados e definitivamente constituídos. Sobre a hipótese apresentada, é correto afirmar que:

- A) O Juiz poderá conceder a tutela antecipada.
- B) O Juiz deverá conceder a tutela antecipada.
- C) É vedado ao Juiz conceder a tutela antecipada.
- D) O Juiz poderá conceder a tutela antecipada, desde que o contribuinte ofereça um bem como garantia da operação.

Questão 24

O Presidente da República majorou as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) por meio de Medida Provisória publicada em 10/01/2020, mantendo inalteradas, no entanto, as faixas de rendimento sobre as quais se dá a incidência do imposto. Sobre a hipótese, é correto afirmar que tal majoração:

- A) Produzirá efeitos somente no exercício de 2021 se for convertida em lei até o término do exercício de 2020.
- B) Produzirá efeitos após 90 dias, contados da publicação da Medida Provisória.
- C) É inconstitucional, por se tratar de matéria reservada à Lei Complementar.
- D) É inconstitucional, pois as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) não podem ser majoradas por meio de Medida Provisória, em obediência ao Princípio da Legalidade Tributária.

Questão 25

Com o objetivo de incentivar a facilitar o acesso aos serviços particulares de saúde, o Município Alfa editou uma lei reduzindo a alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) incidente sobre a prestação de serviços médicos, de 5% para 1%. Sobre tal redução, é correto afirmar que é:

- A) Irregular, pois não houve permissão em convênio celebrado por todos os municípios pertencentes ao respectivo Estado.
- B) Regular, pois aos municípios compete estabelecer, livremente, as alíquotas dos impostos de sua competência.
- C) Irregular, pois não atende aos parâmetros fixados em Lei Complementar.
- D) Regular, pois preenche os requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional (CTN).

Questão 26

Determinado Município concedeu isenção de IPTU pelo prazo de três (3) anos a todas as pessoas jurídicas que vierem a se estabelecer em seu território e que criarem, no mínimo, cinquenta (50) novos postos de trabalho. Sobre a hipótese, é correto afirmar que tal isenção:

- A) Só poderá ser revogada no primeiro ano de sua vigência, desde que por lei de idêntica hierarquia à concessiva, inclusive para as pessoas no gozo do benefício fiscal.
- B) Sua revogação dependerá da edição de Lei Ordinária Federal disciplinando os efeitos do ato no tempo e no espaço.
- C) Poderá ser revogada a qualquer tempo, inclusive para as pessoas no gozo do benefício fiscal, desde que por lei de idêntica hierarquia à concessiva, pois a isenção não gera direito adquirido.
- D) Não poderá ser revogada a qualquer tempo para as pessoas no gozo do benefício fiscal, desde que mantenham os requisitos, ainda que por lei de idêntica hierarquia à concessiva, antes de transcorrido o prazo do benefício previsto em lei.

Questão 27

Otávio é dono de imóvel urbano não edificado no Município Boa Vida. Em dezembro de 2019, ele foi informado que seu imóvel seria desapropriado pelo município em razão do descumprimento da função social da propriedade, sem prévia notificação para cumprimento dessa obrigação em anos anteriores. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) o Município não poderá proceder com a desapropriação, uma vez que esta é de competência privativa da União.
- B) o Município poderá proceder com a desapropriação, uma vez que a notificação prévia somente seria exigível em caso de imóvel subutilizado.
- C) o Município poderá proceder à desapropriação, uma vez que a função social da propriedade é princípio fundamental da política urbana na Constituição Federal.
- D) o Município não poderá proceder com a desapropriação, uma vez que a desapropriação somente seria admissível após prévia notificação e, sucessivamente, aplicação de IPTU progressivo no tempo.

Questão 28

A administração pública estadual celebrou contrato com as empresas A, B, C e D. Analisando referidos contratos, foi constatado que: a empresa A paralisou o serviço, sem justa causa, comunicando previamente a Administração; a empresa B teve sua falência decretada; com a empresa C, houve a supressão, por parte da Administração, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite fixado em lei; a empresa D estava utilizando mão de obra de menores de 18 anos na construção de uma estrada, em período noturno.

Com base nessa situação, nos termos da legislação aplicável aos contratos administrativos, poderá ser determinada a rescisão, por ato unilateral e escrito da Administração, dos contratos com a(s) empresa(s):

- A) B.
- B) A e B.
- C) B e C.
- D) C e D.

Questão 29

O Município de Água Bonita é proprietário de um terreno em que está localizado uma escola pública. Ao lado da escola, há outro terreno, também de propriedade do Município, explorado comercialmente por dois munícipes, que não possuem autorização da Administração para o uso da área, mas lá instalaram uma lanchonete. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- A) A escola pública é classificada como bem de uso comum do povo.
- B) O terreno da lanchonete é um bem privado, pois está desafetado pelo Município e direcionado a exploração de uma atividade econômica.
- C) O terreno da lanchonete é classificado como bem dominical, podendo ser alienado, caso haja autorização legislativa.
- D) O terreno da lanchonete é bem de uso especial, assim como a escola pública, não podendo ser objeto de usucapião.

Questão 30

O Estado Alfa elaborou processo licitatório para delegar a reforma e duplicação de uma rodovia que ligava a capital ao litoral. Após esta obra, a empresa vencedora também será responsável pela execução dos serviços de manutenção e gerenciamento da rodovia. Considerando que a empresa contratada será remunerada exclusivamente pela tarifa paga pelos usuários (pedágio da rodovia), este contrato será uma espécie de:

- A) Parceria público privada na modalidade concessão administrativa.
- B) Parceria público privada na modalidade concessão patrocinada.
- C) Concessão de serviços públicos comum precedida da execução de obras públicas, regida pela Lei 8.987/95.
- D) Concessão mista de serviços públicos, com participação do parceiro privado.

Questão 31

Mauro, servidor público estadual, teve deferida sua aposentadoria por tempo de contribuição em julho de 2010. Em dezembro de 2011, o Tribunal de Contas do Estado recebeu o processo administrativo de aposentadoria, e, em agosto de 2017, apreciou o ato de concessão, para fins de registro, sem notificar Mauro. O Tribunal verificou a existência de equívocos no processo administrativo, pois não foi comprovado o tempo de contribuição exigido pela legislação de regência, e, por essa razão, a Corte negou-se a promover o registro e determinou o retorno dos autos ao órgão de origem, bem como que o agente retornasse ao serviço público ativo.

Diante dessa situação, é correto afirmar:

- A) O Tribunal de Contas do Estado não é competente para analisar a concessão de aposentadoria de servidor público estadual.
- B) A conduta do Tribunal de Contas do Estado foi correta, pois é prescindível o contraditório e da ampla defesa, quando da apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria.
- C) A conduta do Tribunal de Contas do Estado foi incorreta, vez que deveria ter assegurado o contraditório e a ampla defesa do servidor.
- D) A conduta do Tribunal de Contas do Estado foi correta, pois operou-se a decadência no período compreendido entre o ato administrativo concessivo de aposentadoria e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pela Corte.

Questão 32

Tício e Mévio, empregados de uma sociedade empresária concessionária do serviço público municipal de tratamento de esgotamento sanitário estavam realizando manutenção da rede, em maio de 2015, quando estourou uma manilha. Rapidamente, a casa de Caio, vizinha à estação, foi invadida pelo esgoto, causando intenso mau cheiro durante dias, além de diversos prejuízos. Diante dessa situação, Caio procurou você, na qualidade de advogado, em junho de 2018, para saber dos seus direitos. Você corretamente informou que:

- A) Caio deverá ser indenizado pela concessionária, que tem responsabilidade objetiva.
- B) Caio não deverá ser indenizado pela concessionária, uma vez que não era usuário direto do serviço.
- C) Caio não deverá ser indenizado pela concessionária, uma vez que prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.
- D) Caio deverá ser indenizado pelo Município, diretamente, na qualidade de poder concedente.

Questão 33

Eduardo, morador do município de Bom Princípio, possui uma propriedade rural localizada no bioma caatinga com uma área total de 60 hectares. Preocupado com a cobertura vegetal de sua propriedade, o mesmo decide procurar orientações no sindicato dos trabalhadores rurais para tirar dúvidas sobre a instituição da reserva legal.

A partir da situação hipotética apresentada acima, qual das alternativas abaixo apresenta uma orientação correta, com base na Lei Nº 12.651/12 (Novo Código Florestal).

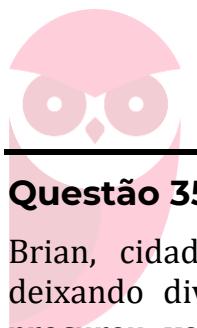
- A) Eduardo deverá manter, a título de Reserva Legal, 35% do seu imóvel.
- B) por se tratar de um imóvel rural, não é necessário instituir Reserva Legal, bastando apenas delimitar, nos termos da lei, as Áreas de Preservação Permanente.
- C) o registro da Reserva Legal no CAR, por parte de Eduardo, desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.
- D) apenas pessoas jurídicas são obrigadas a conservar vegetação nativa a título de Reserva Legal.

Questão 34

Adroaldo é um militante das causas ambientais e advogado. Preocupado com as questões ambientais de sua cidade, o mesmo realiza palestras para a comunidade explicando os objetivos das Unidades de Conservação e a importância que as mesmas apresentam para o meio ambiente.

A partir da situação hipotética, julgue os itens a seguir, e marque a alternativa correta com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação:

- A) a Floresta Nacional é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção integral.
- B) a Reserva de Fauna é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção integral.
- C) a Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção integral.
- D) o Parque Nacional é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção integral.



Estratégia

DIREITO CIVIL**Questão 35**

Brian, cidadão norte-americano, casado com Alessandra, brasileira nata, faleceu deixando diversos bens no território brasileiro. Alessandra, cônjuge sobrevivente, procurou você, na qualidade de advogado, buscando informações sobre a lei que regularia a sucessão, se seria a brasileira ou a americana. Diante dessa situação, você informou corretamente que a sucessão será regulada:

- A) pela lei brasileira, independentemente da qualidade dos bens deixados pelo de *cujus*.
- B) pela lei norte-americana, desde que o de *cujus* não tenha deixado filhos brasileiros.
- C) pela lei brasileira, salvo se a lei pessoal do de *cujus* lhe for mais favorável.
- D) pela lei brasileira, desde que o de *cujus* não tenha deixado filhos norte-americanos.

Questão 36

César, empresário de sucesso, tem um grande patrimônio, e costumava ingerir bebida alcoólica socialmente. No começo de 2018, essa rotina se intensificou e ele passou a ingerir uma quantidade cada vez maior de álcool, bebendo todos os dias, não mais administrando as suas atividades comerciais ou vida afetiva. Certa vez, ele estava voltando para casa com sua esposa, Rosa, notoriamente embriagado, quando colidiu com um poste. Em decorrência do acidente, Rosa ficou em coma, com todas as funções vitais ativas, e também o sistema nervoso, mas sem previsão de reestabelecimento. Segundo o Código Civil:

- A) César é considerado relativamente incapaz, enquanto Rosa será absolutamente incapaz.
- B) César é considerado relativamente incapaz, para todos os atos da vida civil, devendo ser representado.
- C) Rosa é considerada absolutamente incapaz, enquanto não puder expressar sua vontade.
- D) Rosa e César são considerados relativamente incapazes para todos os atos da vida civil.

Questão 37

A construtora X firmou contrato de seguro de responsabilidade civil com a seguradora Y, a fim de garantir a indenização por eventuais danos que a contratante viesse a ocasionar. Dentro das cláusulas contratuais, as partes estabeleceram, sob pena de perda da garantia, que na hipótese de ocorrência de qualquer dano passível de indenização, a construtora deveria comunicar o ocorrido em até 30 (trinta) dias. Além disso, também acordaram reduzir os prazos prescricionais pela metade, para adequar o valor do prêmio. Ao analisar essas cláusulas, você informaria corretamente que:

- A) ambas as cláusulas são nulas, visto que não é possível alterar prazos prescricionais e decadenciais.
- B) apenas o prazo prescricional poderia ser convencionado pelas partes, de modo que a cláusula referente à decadência é nula.
- C) apenas o prazo decadencial poderia ser convencionado pelas partes, de modo que a cláusula referente à prescrição é nula.
- D) ambas as cláusulas são válidas, pois tratam de condições do negócio jurídico.

Questão 38

Tomás, agropecuarista, comprou um touro reprodutor dos amigos Antônio e Gonzaga. O preço foi antecipadamente pago, fixaram data para a entrega do animal e, na hipótese de perecimento do touro, uma multa de 10% sobre o valor adiantado. Na data combinada para a entrega, Antônio, ao conduzir o veículo de transporte, fez uma ultrapassagem proibida, tombando com o veículo, e vindo a falecer o touro. Diante desta situação, Tomás poderá requerer judicialmente:

- A) o valor pago antecipadamente, rateado pelos vendedores e à multa, devida em sua integralidade por Antônio e na metade, por Gonzaga.
- B) o valor pago antecipadamente, rateado entre Antônio e Gonzaga, e a multa, paga integralmente por Antônio.
- C) o valor pago antecipadamente e à multa, devidos em sua integralidade por Antônio
- D) o valor pago antecipadamente e a multa, ambos rateados entre Antônio e Gonzaga.

Questão 39

Janine firmou contrato de corretagem com Márcio, em que ficou estabelecido por escrito a exclusividade do corretor Márcio perante a cliente Janine. Na vigência do contrato, Janine realizou negócio jurídico diretamente com Alberto, sem a mediação do corretor. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A) celebrado o negócio diretamente entre as partes, nenhuma remuneração será devida à Márcio, mesmo diante da cláusula de exclusividade.
- B) celebrado o negócio diretamente entre as partes, terá Márcio direito de ser remunerado integralmente, diante da cláusula de exclusividade.
- C) celebrado o negócio diretamente entre as partes, terá Márcio direito de ser remunerado integralmente, diante da cláusula de exclusividade, ainda que tenha agido com inércia e ociosidade.
- D) celebrado o negócio diretamente entre as partes, terá Márcio direito de ser remunerado proporcionalmente à sua intermediação para realização do negócio.

Questão 40

Juninho, adolescente de 13 anos, estava andando de bicicleta na rua de sua casa, enquanto seus pais estavam no trabalho, e resolveu convidar seu amigo Pedrinho para um racha. Chegando no final da corrida, Juninho acabou por atingir Dona Joana, sua vizinha de 80 anos, causando-lhe lesões e invalidez permanente. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- A) Os pais de Juninho poderão responder pelos atos do filho, ainda que não estivessem sob sua autoridade e em sua companhia.
- B) Juninho responderá pelos prejuízos que causar à Dona Joana, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- C) Juninho responderá pelos prejuízos que causar à Dona Joana, salvo se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- D) Juninho não responderá pelos prejuízos que causar à Dona Joana, em razão da sua incapacidade absoluta.

Questão 41

Teotônio e Abigail, pais de Nara, são casados sob o regime de separação total de bens. Teotônio ainda é pai de Nivalto, filho concebido com outra genitora, antes de seu casamento. Em razão de forte divergência de opiniões, o casal se separa de fato e, após 8 (seis) meses de separação, mas antes de iniciarem a dissolução conjugal, Teotônio falece, deixando grande patrimônio. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- A) Abigail receberá metade da herança, sendo o restante dividido entre Nivalto e Nara.
- B) Abigail receberá um quarto da herança, e o restante será dividido entre Nivalto e Nara.
- C) Abigail não receberá nada da herança, sendo esta dividida entre Nivalto e Nara.
- D) Abigail, Nivalto e Nara dividirão os bens igualmente.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**Questão 42**

João e Maria sempre quiseram ser pais, mas por questões biológicas nunca conseguiram realizar esse sonho. Desejosos de adotar uma criança, João e Maria oferecem dinheiro a Ana, jovem mãe que não tem condições de criar seu bebê recém-nascido. Diante das dificuldades enfrentadas, Ana aceita a importância e, sem a observância de qualquer formalidade, entrega seu filho. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Ana cometeu crime ao entregar o filho a João e Maria, mas não será sofrerá punição pois o ECA permite a entrega de filho quando comprovada a impossibilidade de sustentá-lo dignamente.
- B) Ana cometeu crime ao efetivar a entrega de seu filho, mediante paga ou recompensa. João e Maria, por sua vez, não cometem crime pois garantirão à criança melhores condições de vida e desenvolvimento.
- C) Ana cometeu crime ao efetivar a entrega de seu filho, mediante paga ou recompensa. João e Maria, por oferecerem e efetivarem o pagamento, também cometem crime e estão sujeitos à mesma pena aplicável de Ana.
- D) ao entregar seu filho recém-nascido a João e Maria, ocorre a perda automática do poder familiar de Ana.

Questão 43

Pedro, adolescente de 16 anos, mora com a mãe e está bastante preocupado com a crise financeira enfrentada por sua família. Conversando com alguns amigos, decidiu procurar um emprego para aumentar a renda familiar. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê normas relativas ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, entre as quais:

- A) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Desse modo, Pedro, que conta com 16 anos, poderá trabalhar sem qualquer restrição.
- B) A formação técnico-profissional obedecerá a alguns princípios, dentre eles a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, mas não há que se falar em horário especial para o exercício das atividades.
- C) O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. Nesse caso, o adolescente não pode receber qualquer valor a título de remuneração pelo trabalho efetuado ou por participação nas vendas dos produtos de seu trabalho, pois haveria a descaracterização do trabalho educativo e perda de sua finalidade.
- D) Ao adolescente empregado, como é o caso de Pedro, é vedado trabalho noturno (das 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte), perigoso, insalubre ou penoso.

DIREITO DO CONSUMIDOR**Questão 44**

João constituiu um comércio especializado na venda e instalação residencial de aparelhos de ar-condicionado. Ele, ciente de que poderia ser responsabilizado caso ocasionasse algum dano aos seus clientes, contratou você, na qualidade de advogado, para redigir um instrumento contratual, o qual deverá reger todos os negócios que vierem a ser celebrados por ele, mediante assinatura dos respectivos consumidores.

Sendo o contrato por adesão, será válida a cláusula contratual que, redigida de forma clara e em destaque, contando com manifestação expressa do consumidor, estipular que:

- A) João apenas será responsabilizado por eventuais defeitos se estes puderem ser identificados no momento da instalação do produto.
- B) em contratos envolvendo a compra e instalação do aparelho de ar-condicionado, eventual litígio deverá ser obrigatoriamente submetido à arbitragem.
- C) em caso de vício do produto, João terá o prazo de trinta dias para consertar, apenas se submetendo à sua substituição ou à restituição do preço se o defeito não puder ser reparado nesse prazo.
- D) o atraso do pagamento, por parte do consumidor, de qualquer parcela do preço importará incidência de multa de 5% (cinco por cento) do valor da parcela em atraso.

Questão 45

Cláudia recebeu em seu domicílio uma correspondência do Banco Credimais, e, ao abrir o envelope, deparou-se com uma carta e um cartão de crédito. Cláudia não é cliente da instituição, nem tampouco solicitou o produto. Ela, então, quebrou o cartão ao meio e o descartou. No mês seguinte, recebeu uma fatura cobrando pela anuidade do referido produto. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- A) Cláudia não será considerada consumidora, uma vez que não era cliente do Banco, nem tampouco solicitou o cartão de crédito.
- B) É válido ao Banco enviar ao consumidor, sem solicitação prévia, o cartão de crédito, como forma de ofertar seus produtos, devendo a oferta ser clara e precisa.
- C) A prática do banco denomina-se de venda casada, sendo considerada prática abusiva, passível de ser responsabilizada.
- D) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 46**

De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que a empresa se perfaz no

- A) sujeito praticante da atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e com busca de lucro.
- B) na própria atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e busca de lucro.
- C) ato de comércio.
- D) local onde se desenvolve a atividade empresarial

Questão 47

Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- A) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- B) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- C) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- D) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.

Questão 48

As redes sociais “Instagram” e “Facebook” integram:

- A) o Ponto.
- B) a Patente.
- C) a Atividade econômica desenvolvida profissionalmente.
- D) o Estabelecimento.

Questão 49

A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída

- A) por pessoa natural que já integre outra EIRELI.
- B) apenas por pessoas naturais.
- C) pessoas naturais ou jurídicas individuais.
- D) por pessoa jurídica que já tenha constituído outra EIRELI.

Questão 50

Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

- A) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
- B) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.
- C) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.
- D) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Ana ajuizou uma ação de indenização por danos materiais contra uma empresa que, por negligência, destruiu parte de sua casa ao realizar reformas na vizinhança. Na fase de instrução processual, Ana pediu, em caráter incidental, a desconsideração da personalidade jurídica da empresa. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- A) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica não é cabível na fase de conhecimento, apenas na fase de cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- B) o juiz poderá deferir o pedido, desde que Ana tenha demonstrado o preenchimento dos pressupostos legais elencados no Código de Processo Civil.
- C) o juiz poderá deferir o pedido, sem suspensão do processo, desde que Ana tenha demonstrado o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.
- D) o juiz poderá deferir o pedido, com suspensão do processo, desde que Ana tenha demonstrado o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

Questão 52

Um advogado, após lograr êxito na fase de conhecimento, conquistando a procedência de todos os pedidos da petição inicial, requer ao juiz o cumprimento de sentença. Considerando que não há o pagamento espontâneo no prazo estabelecido pelo Código de Processo Civil, dá-se início à penhora dos bens do devedor. Sobre a penhora, é correto que:

- A) Deverá recarregar sobre tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios. No entanto, o magistrado poderá, de acordo com as circunstâncias concretas do caso, determinar que haja uma restrição maior dos bens do devedor para garantir o adimplemento de eventuais valores remanescentes.
- B) O Código de Processo Civil estabelece uma ordem preferencial de penhora, sendo prioritária a em dinheiro, mas o juiz pode, nas demais hipóteses, alterar a ordem de acordo com as circunstâncias do caso concreto.
- C) É possível a substituição da penhora em dinheiro por fiança bancária e seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito atualizado e acrescido de 20%.
- D) É impenhorável a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários-mínimos, inclusive para pagamento de prestação alimentícia.

Questão 53

Maria foi citada para responder à ação de indenização por danos morais promovida por Péricles. Maria não reconhece os fatos alegados na petição inicial e não quer apenas defender-se, mas formular pretensões em face do autor. Consultando seu advogado, Maria foi informada sobre a possibilidade de reconvir. Nesse caso:

- A) a reconvenção poderá ser proposta no bojo da contestação. Em caso de desistência da ação ou ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de mérito, o processo prosseguirá quanto à reconvenção.
- B) a reconvenção não pode ser proposta contra o autor e terceiro, nem pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro em razão do seu caráter personalíssimo.
- C) proposta a reconvenção, o autor será citado pessoalmente para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 dias.
- D) a reconvenção poderá ser proposta no bojo da contestação. Em caso de desistência da ação ou ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de mérito, o processo será extinto sem resolução do mérito e a reconvenção restará prejudicada por perda do objeto.

Questão 54

Anastácia foi citada para apresentar defesa em ação tramitada pelo rito do procedimento comum. Em razão do grande volume de trabalho na empresa que administra, Anastácia não entrou em contato com seu advogado e deixou o prazo transcorrer sem manifestar-se. Considerando a revelia de Anastácia, assinale a alternativa correta.

- A) A ocorrência da revelia induz presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial e, assim, a procedência dos pedidos, sendo desnecessária a produção de provas.
- B) Anastácia poderá intervir no processo em qualquer fase, desde que se manifeste antes da sentença.
- C) Havendo litisconsórcio passivo e um dos réus contestar o feito, a revelia não induzirá a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.
- D) O réu revel, citado por edital, na fase de conhecimento deverá ser citado por oficial de justiça quando do cumprimento da sentença.

Questão 55

Rubens e Geane envolveram-se em um acidente de trânsito. Não conseguiram chegar a um acordo no local do acidente pois estavam com os ânimos exaltados. Geane julga-se correta no caso e, por este motivo, ingressará com ação de indenização por danos materiais contra Rubens. As regras de competência do Código de Processo Civil estabelecem que será competente o foro do:

- A) domicílio de Geane (autora).
- B) domicílio de Rubens (réu).
- C) domicílio de Geane ou Rubens.
- D) domicílio de Geane ou do local do fato.

Questão 56

Ao encerrar a fase organizatória, o juiz pronunciou a prescrição de um dos pedidos e designou audiência de instrução e julgamento em relação aos demais. Inconformado com a decisão do magistrado, o advogado da parte autora decidiu impugnar por meio de:

- A) apelação.
- B) agravo de instrumento.
- C) agravo interno.
- D) mandado de segurança.

Questão 57

Tício é advogado de Mévio e, considerando que o valor da causa não excede quarenta vezes o salário, decide ajuizar a ação no Juizado Especial Cível. Considerando o disposto na Lei nº 9.099/95 pode-se afirmar que:

- A) os atos processuais serão públicos e serão realizados das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, sendo vedada a prática de atos à noite.
- B) não é admitida a reconvenção, cabendo ao réu, findo o processo, ajuizar uma nova ação em face do autor.
- C) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente na petição inicial, na contestação ou em petição.
- D) a sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

DIREITO PENAL

Questão 58

As regras do concurso formal perfeito (em que se adota o sistema da exasperação da pena) foram adotadas pelo Código Penal com o objetivo de beneficiar o agente que, mediante uma só conduta, praticou dois ou mais crimes. No entanto, quando o sistema da exasperação for prejudicial ao acusado, deverá prevalecer o sistema do címulo material (em que a soma das penas será mais vantajosa do que o aumento de uma delas com determinado percentual, ainda que no patamar mínimo).

A essa hipótese, a doutrina deu o nome de

- A) concurso material benéfico.
- B) concurso formal imperfeito.
- C) concurso formal heterogêneo.
- D) exasperação sui generis.

Questão 59

Priscila, em estado puerperal, manifesta a intenção de matar o próprio filho recém-nascido. Após receber a criança no seu quarto para amamentá-la, a criança é levada para o berçário. Durante a noite, Priscila vai até o berçário, e, após conferir a identificação da criança, a asfixia, causando a sua morte. Na manhã seguinte, é constatada a morte por asfixia de um recém-nascido, que não era o filho de Priscila.

Diante do caso concreto, assinale a alternativa que indique a responsabilidade penal da mãe.

- A) Crime de homicídio, pois, o erro accidental não a isenta de responsabilidade.
- B) Crime de homicídio, pois, uma vez que o art. 123 do CP trata de matar o próprio filho sob influência do estado puerperal, não houve preenchimento dos elementos do tipo.
- C) Crime de infanticídio, pois houve erro quanto à pessoa.
- D) Crime de infanticídio, pois houve erro essencial.

Questão 60

Com relação ao concurso de pessoas, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este combinadas, na medida de sua culpabilidade.
- B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, salvo quando previsível o resultado mais grave, caso que será aplicada a pena do crime mais grave.
- D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

Questão 61

Alessandro, é provocado insistentemente por Ricardo em uma partida de futebol, onde este alegava que Alessandro era traído por sua mulher, até que este perde a paciência e agride Ricardo violentamente com um soco no rosto. Logo em seguida, Ricardo machucado retira-se e vai para sua casa, mas, decorridos cerca de alguns instantes, dominado pela violenta emoção do momento, resolve armar-se e voltar ao local do fato, onde reencontra Alessandro contra o qual desfere um tiro, provocando-lhe a morte. Nesta hipótese, você, como advogado de Ricardo, poderia invocar em seu favor:

- A) excludente da legítima defesa da honra.
- B) excludente da legítima defesa putativa.
- C) existência de uma causa de diminuição de pena.
- D) excludente da legítima defesa em excesso.

Questão 62

Rodrigo induziu Paulo, portador de oligofrenia por idiotia, a cometer suicídio. Diante desse induzimento, Paulo se atirou de um prédio e milagrosamente sofreu apenas lesões corporais leves em razão da queda. De acordo com a situação acima narrada, Rodrigo responderá pela prática do crime de:

- A) induzimento ao suicídio na modalidade consumada;
- B) lesões corporais leves;
- C) induzimento ao suicídio na modalidade tentada;
- D) homicídio tentado;

Questão 63

Gustavo foi ameaçado de morte por Flavio, conhecido matador de aluguel. Tendo tido ciência, por fontes seguras, que Flavio o mataria naquela noite e, com o intuito de defender-se, Gustavo saiu de casa com uma faca no bolso de seu casaco. Naquela noite, ao encontrar Flavio em uma rua vazia e escura e, vendo que este colocava a mão no bolso, Gustavo precipita-se e, objetivando impedir o ataque que imaginava iminente, esfaqueia Flavio, provocando-lhe as lesões corporais que desejava. Todavia, após o ocorrido, o próprio Flavio contou a Gustavo que não ia matá-lo, pois havia desistido de seu intento e, naquela noite, foi ao seu encontro justamente para dar-lhe a notícia. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) Gustavo só poderia ser responsabilizado a título de culpa
- B) mesmo considerando-se o erro escusável, Gustavo não seria isento de pena.
- C) Gustavo não agiu em legítima defesa putativa.
- D) mesmo considerando-se o erro inescusável, Gustavo responde a título de dolo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 64**

Luan e Santana foram condenados pela prática de receptação culposa à pena de 1 ano de detenção no regime aberto, deixando o magistrado de substituir a pena de prisão por restritivas de direito. Conformados com a sentença condenatória os réus renunciaram ao direito de recorrer. Ocorre que, no último dia do prazo somente o advogado de Santana apresentou recurso de apelação. Os desembargadores não conheceram do recurso diante da renúncia expressa dos condenados.

Com base nas informações expostas, aponte a alternativa correta:

- A) Acertadamente agiram os desembargadores pois o direito de recorrer é personalíssimo.
- B) Os desembargadores agiram corretamente pois quando há divergência entre a vontade do cliente e do advogado deve prevalecer a do cliente.
- C) Os desembargadores erraram ao não conhecer o recurso de apelação pois deve prevalecer a vontade de quem deseja recorrer.
- D) Os desembargadores agiram errado ao não conhecer do recurso, no entanto ainda que conhecessem os efeitos da apelação seriam restritos ao réu cujo advogado apresentou recurso de apelação.

Questão 65

Luciano requereu a progressão para o regime semiaberto, tendo cumprido os requisitos objetivos e subjetivos para a obtenção do benefício (artigo 112 LEP).

O ministério público foi favorável, porém o pedido foi denegado pelo juiz da vara das execuções penais da Comarca de Apiaí.

Você, advogado de Luciano, deverá interpor qual recurso e em que prazo:

- A) Agravo em execução em 15 dias.
- B) Agravo em execução em 5 dias.
- C) Recurso em Sentido Estrito em 5 dias.
- D) Recurso em Sentido Estrito em 15 dias.

Questão 66

Qual dos resultados abaixo não faz parte da colaboração premiada? Assinale a alternativa incorreta sobre o tema.

- A) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas;
- B) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;
- C) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;
- D) colaborar com a infiltração de agentes policiais.

Questão 67

Marcia para ajudar seu marido Elias, levou cocaína para a prisão onde ele se encontrava preso, dentro de um pote de margarina. Foi presa em flagrante e encontra-se recolhida no Centro de Detenção Provisório após o juiz do DIPO converter sua prisão em flagrante em prisão preventiva na audiência de custódia.

Após passar mal a médica do CDP atestou que Marcia está grávida de 2 (dois) meses. Você como advogado de Marcia deverá requerer qual medida?

- A) não caberá nenhum pedido no momento pois a gravidez está em fase inicial e a prisão foi por tráfico de drogas dentro do presídio.
- B) deverá requerer a transferência para o hospital de custódia do estado pelo fato de Marcia estar grávida.
- C) prisão especial em decorrência da gravidez.
- D) substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar pelo fato de Marcia estar grávida.

Questão 68

Qual das alternativas abaixo não gera absolvição sumária do rito comum?

- A) Atipicidade material pela insignificância.
- B) Prescrição da pretensão punitiva.
- C) Inimputabilidade por doença mental.
- D) Legitima defesa de terceiro.

Questão 69

Nestor funcionário da empresa RockPop – sociedade de economia mista, cometeu o delito peculato furto. Foi denunciado e processado perante a:

- A) Vara Federal Criminal
- B) Tribunal Regional Federal
- C) Justiça Comum Estadual
- D) Juizado Especial Criminal

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Judite, garçonete, trabalhou para a Pizzaria “Top 10” Ltda. durante dois anos, tendo sido comunicada de sua dispensa após uma discussão com o seu gerente.

No entanto, as partes optaram por realizar um acordo em sede de Comissão de Conciliação Prévia, esta instituída na empresa, com representantes dos empregados e empregadores.

O acordo foi assinado por todas as partes, não se realizando ressalvas quanto a eventuais parcelas do contrato de trabalho.

Após dois meses do acordado, Judite lhe procura como advogado (a), sob a alegação de que teria horas extras a receber, e que não foram computadas no acordo.

Acerca do caso apresentado, é correto afirmar que:

- A) A empregada possui o prazo de dois anos para questionar eventuais verbas trabalhistas, a contar do termo final do contrato, já que o prazo prescricional foi interrompido com a provação da Comissão de Conciliação Prévia.
- B) Após a celebração do acordo homologado, a empregada ainda possui um prazo de noventa dias para questionar qualquer ponto do acordo por via judicial.
- C) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, o que não se observou para fins de êxito em pleito judicial.
- D) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial, mas não possui eficácia liberatória geral, já que não amparado por negociação coletiva.

Questão 71

Elza é proprietária de uma empresa de doces há 20 anos, e objetivando uma maior expansão acaba por contratar uma nova funcionária, por prazo determinado, e na modalidade de contrato de experiência.

O trabalho implicava em ter contato com agentes insalubres, de forma que a empregada percebia o respectivo adicional em grau médio.

No entanto, depois de sessenta dias laborando, a funcionária a comunica a empregadora que está grávida de quatro semanas.

Considerando a situação narrada e o tema adicional de insalubridade, assinale a alternativa correta.

A) Nas atividades consideradas insalubres em grau médio, a empregada gestante deverá ser afastada de suas atividades quando apresentar atestado de saúde, emitido por seu médico de confiança, que recomente o afastamento.

B) Nas atividades consideradas insalubres em qualquer grau, a empregada gestante deverá ser afastada, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança.

C) Caso não seja possível que a gestante se afaste de suas atividades insalubres, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de auxílio doença, durante todo o período de afastamento.

D) A empregada gestante deverá ser afastada de suas atividades, independente de atestado de saúde, e sem prejuízo de sua remuneração e do adicional de insalubridade.

Questão 72

Aninha trabalhava no açougue de um Supermercado na cidade de Gramado, percebendo mensamente o importe de dois mil reais, além do vale alimentação pago em tíquetes, o que totalizava trezentos reais mensais. Após um ano de trabalho, Aninha foi dispensada e pleiteia a integração do vale alimentação ao seu salário para fins de reflexos salariais.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

A) O fornecimento de alimentação por meio de tíquetes possui natureza salarial e é tributável para efeito da contribuição previdenciária.

B) O fornecimento de alimentação por meio de tíquetes, não possui natureza salarial, mas é tributável para efeito da contribuição previdenciária.

C) O fornecimento de alimentação por meio de tíquetes não possui natureza salarial com exceção dos cartões eletrônicos destinados à aquisição de refeições ou de gêneros alimentícios.

D) O fornecimento de alimentação por meio de tíquetes, não possui natureza salarial e nem é tributável para efeito da contribuição previdenciária.

Questão 73

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Juca trabalha há seis anos na empresa XPTO e foi dispensado sem justa causa, e com aviso prévio trabalhado de quarenta e oito dias.
- II. O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, não perderá o direito ao restante do respectivo prazo, mas tão somente a multa do FGTS.
- III. Após ser concedido o aviso prévio, as partes poderão reconsiderá-lo, desde que por mútuo consentimento.
- IV. Na rescisão indireta não é devido aviso prévio, quer seja indenizado ou trabalhado.

De acordo com a norma de regência, a respeito do aviso prévio, está(ão) correta(s):

- A) I, II e III apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I e III apenas.

Questão 74

Maria Joaquina trabalha no posto de gasolina como frentista, percebendo o respectivo adicional de periculosidade durante a sua jornada de trabalho. O empregador solicita que Maria Joaquina fique de sobreaviso em alguns finais de semana, frente ao grande movimento do posto, e pela ausência injustificada constantemente de alguns empregados.

Acerca do período de sobreaviso da empregada, Maria Joaquina, assinale a alternativa correta.

- A) Durante as horas de sobreaviso, a empregada não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.
- B) Durante as horas de sobreaviso, a empregada perceberá o adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas, já que é inerente a sua função.
- C) Durante as horas de sobreaviso, a empregada perceberá o adicional de periculosidade na razão de 1/3 sobre as mencionadas horas, já que esse é inerente as suas atividades.
- D) Durante as horas de sobreaviso, a empregada perceberá o adicional de periculosidade na razão de 2/3 sobre as mencionadas horas, já que esse é inerente as suas atividades.

Questão 75

Cirilo é porteiro num condomínio residencial e durante três anos prestou horas extras habitualmente. Ocorre que o condomínio pretende diminuir seus gastos, suprimindo pela metade as horas extras de seus empregados. Neste caso, Cirilo

- A) fará jus a uma indenização pela supressão parcial das horas extras, correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, cujo cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 18 meses anteriores à mudança.
- B) não fará jus a uma indenização pela supressão das horas extras, uma vez que a mesma somente é devida no caso de supressão total e não parcial, como ocorreu no presente caso.
- C) fará jus a uma indenização pela supressão parcial das horas extras, correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, cujo cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 6 meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.
- D) fará jus a uma indenização pela supressão parcial das horas extras, correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, cujo cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

**Questão 76****OAB**

Rita trabalhou para uma joalheria, denominada Joias Raras, de 10 de maio de 2012 até 10 de jun. de 2016, ocasião em que foi dispensada sem justa causa. Considerando que Rita, por meio de seu advogado Mário, ingressou com ação no dia 10 de maio de 2018, para pleitear alguns direitos violados na relação de trabalho, assinale a alternativa correta tendo ainda como base a Lei nº 13.467/2017.

- A) Rita terá prazo de prescrição intercorrente de cinco anos, a partir da data do ingresso com a reclamação trabalhista.
- B) Caso Mário tenha ajuizado a ação em um juízo incompetente, não haverá interrupção da prescrição, pois ainda que a ação venha a ser extinta sem resolução do mérito, não produzirá efeitos a qualquer dos pedidos.
- C) A declaração da prescrição intercorrente somente poderá ser requerida pela parte no momento da contestação ou declarada de ofício pelo juiz de primeiro grau de jurisdição.
- D) Caso Rita tenha seus pleitos reconhecidos em sentença, no curso da execução desta, a fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando Rita deixa de cumprir determinação judicial.

Questão 77

Karlos foi contratado pela empresa MARX em 2000, que anotou em sua CTPS a função de pedreiro. Todavia, durante todo o contrato de trabalho, que perdurou até dezembro de 2018, Karlos exerceu, exclusivamente, a função de eletricista. Assim, pode-se afirmar que

- A) as anotações apostas pela empregador MARX ostentam presunção *juris et de jure*
- B) as anotações apostas pela empregadora MARX ostentam presunção *juris tantum*.
- C) Karlos não tem direito à retificação de sua CTPS, porque ultrapassado mais de dois anos do término da relação de emprego.
- D) Karlos não tem direito à retificação de sua CTPS, porque ultrapassado mais de 5 anos da data em que houve a anotação do contrato de trabalho.

Questão 78

Roberval contrata uma empregada doméstica, Sra. Izildinha, para auxiliar a sua esposa nos afazeres domésticos. Insatisfeita com a relação laboral formada, a empregada resolver ingressar com Ação Trabalhista pleiteando diversas verbas não arcadas pelo empregador.

No entanto, na data designada para a audiência inaugural Roberval e Izildinha não compareceram a audiência.

Diante da situação, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista.
- B) Por se tratar de ausência de autor e réu, aplicar-se-á confissão ficta para ambas as partes.
- C) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, mas sem consequências para o autor.
- D) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, e o julgamento com base nas regras de ônus da prova.

Questão 79

A respeito da competência material da Justiça do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

- A) Foi ampliada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, assegurando à Justiça do Trabalho competência para julgar os crimes contra a organização do trabalho.
- B) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, mas não entre sindicatos e trabalhadores e muito menos entre sindicatos e empregadores.
- C) A Justiça do Trabalho tornou-se competente para o julgamento de todas as matérias relativas à execução das contribuições previdenciárias não recolhidas pelo empregador em face da relação laboral.
- D) Cabe à Justiça do Trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Questão 80

Diante de uma decisão denegatória de Mandado de Segurança, competência originária do Tribunal Regional do Trabalho, será cabível:

- A) Agravo de Instrumento, no prazo de 5 dias.
- B) Recurso Ordinário para o TRT no prazo de 8 dias.
- C) Recurso de Revista para o TST no prazo de 8 dias.
- D) Recurso Ordinário para o TST no prazo de 8 dias.

Conheça nossos cursos para o Exame de Ordem:

[Cursos para a 1ª fase](#)

[Cursos para a 2ª fase](#)



Estratégia
OAB

**EXAME
DE ORDEM**